

Contra as reformas que retiram direitos dos trabalhadores, em defesa da educação pública e gratuita de qualidade...

IV Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps aprova plano de lutas

Em dezembro, o Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza – Sinteps – realizou o seu IV Congresso, na cidade de Serra Negra. Foram cinco dias de intensos e produtivos debates, que abordaram a situação nacional e internacional, passando pelas reformas do governo Lula, a reforma do ensino técnico e tecnológico, estatuto e carreira dos trabalhadores etc.

O Congresso aconteceu num momento importante para os trabalhadores do Centro, recém-saídos de uma forte greve, que forçou o governo Alckmin a negociar com a categoria, o que não acontecia há anos.

Os fatos que mais marcaram o governo Lula nestes dois primeiros anos de mandato foram pano de fundo para os debates. Eleito sobre as esperanças da maioria da população, que julgava ser este um governo a serviço dos trabalhadores, o presidente Lula mostra-se um serviçal do imperialismo ainda mais cordato do que FHC. As reformas já promovidas (Previdenciária) ou em andamento (Sindical/Trabalhista, Universitária, do Ensino Técnico e Tecnológico) são receitas ditadas pelos organismos do capital estrangeiro, como o FMI e o Banco Mundial, e seguidas à risca por Lula.

Entre as conclusões apontadas pelos delegados presentes ao VI Congresso – que podem ser conferidas nesta edição especial do **Sinteps Jornal** – fica clara a necessidade de aprofundarmos a luta contra todas as reformas que procuram retirar direitos dos trabalhadores, sejam elas organizadas pelo governo Lula, Alckmin ou qualquer outro, bem como defender os direitos específicos da nossa categoria (condições de trabalho e salários dignos).



“Depois da Reforma Sindical, vem a Trabalhista”, alerta jurista - Página 6

“Reforma Universitária traz soluções para o ensino privado”, critica presidente da Adunesp - Página 6

As origens do Plano Nacional da Educação - Página 7

A reforma do ensino técnico e tecnológico e o governo Lula - Página 8

O nosso projeto de educação tecnológica - Páginas 9 e 10

Estatuto e carreira dos trabalhadores - Página 11

As moções aprovadas - Página 11

“Ato de Fé” resgata momentos marcantes da história do Brasil - Página 12

IV Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps

Abertura teve participação de entidades irmãs

A abertura do IV Congresso dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, no dia 15/12/2004, contou com a participação de representantes de vários sindicatos irmãos do Sinteps.

A presidente do nosso Sindicato, Neusa Santana Alves, abriu os trabalhos resgatando os principais momentos da entidade e das lutas da categoria.

O professor Milton Vieira do Prado Júnior, presidente da Adunesp e atual coordenador do Fórum das Seis, parabenizou o Sinteps pela realização da greve de 2004. "Foram os trabalhadores do Centro que deram o pontapé inicial nas lutas do funcionalismo público, remando contra a pressão de vários sindicatos, que diziam ser impossível fazer greve em

O temário do IV Congresso

Durante os cinco dias de realização do IV Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps, de 15 a 19 de dezembro de 2004, foram discutidos quatro temas gerais:

- 1) Conjuntura nacional e internacional
- 2) Reforma do ensino técnico e tecnológico
- 3) Plano de carreira
- 4) Reforma estatutária

Para cada um destes tópicos, foram aprovadas resoluções, que passam a compor o plano de lutas do Sinteps para o próximo período.

Teses e contribuições

Nos prazos definidos durante a convocação do IV Congresso, somente uma tese completa foi apresentada (intitulada "Resistência e Luta"), assinada pelos membros da atual Diretoria Executiva do Sinteps. Houve, também, a apresentação de duas contribuições, enviadas por grupos de trabalhadores das ETE's Getúlio Vargas (SP) e Jacinto Ferreira de Sá (Ourinhos).

2004", disse ele. Milton – que ministrou uma palestra sobre reforma universitária, como mostra matéria na página 6 – elogiou o conteúdo da pauta do Congresso, que trazia as conjunturas internacional e nacional, a reforma do ensino técnico e tecnológico, plano de carreira e reforma estatutária. "Não é possível dissociar as coisas, pois a conjuntura internacional determina o que acontece dentro do nosso país", destacou. "Quem define como serão as políticas sociais no país são organismos do grande capital, como o FMI e o Banco Mundial." Como exemplo, ele citou alguns números: em 2003, o go-



A presidente do Sinteps, Neusa Santana Alves, na abertura do Congresso

verno Lula destinou R\$ 147 bilhões para o pagamento dos juros da dívida pública aos banqueiros, enquanto para todas as áreas sociais juntas foram apenas R\$ 87 bilhões. Brincando, ele propôs que a palavra-de-ordem da luta contra as reformas do governo Lula seja "fuja do micro".

Falando em nome do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp), Luiz Carlos de Freitas Melo, coordenador político da entidade, congratulou-se com os presentes pela realização do Congresso e reforçou a importância da resistência dos trabalhadores. "Compreen-

continua...



Na primeira foto, a composição da mesa de abertura do Congresso. Na foto central, Luís Carlos de Freitas Melo, do Sintunesp, e Milton Vieira do Prado Júnior, da Adunesp e do Fórum das Seis. Na última, Marco Aurélio de C. Ribeiro, professor da ETE Coronel Febeliano da Costa, de Piracicaba, e presidente da Associação dos Docentes da Unimep (Adunimep)

der as características e perspectivas do governo Lula, capitaneado por um importante ex-dirigente sindical, é fundamental para a nossa reação”, disse ele. “Trata-se de um governo que, eleito a partir das expectativas da maioria da classe trabalhadora, segue uma política ainda mais explícita do que o anterior na defesa dos interesses capitalistas.”

Marco Aurélio de C. Ribeiro, professor da ETE Coronel Febeliano da Costa, de Piracicaba, e

presidente da Associação dos Docentes da Unimep (Adunimep), também compôs a mesa de abertura do IV Congresso. Ele falou sobre a importância da persistência quando se trata de defender os interesses dos trabalhadores. “Ninguém acreditava quando alertávamos que a reforma do ensino técnico e tecnológico atendia unicamente aos interesses do mercado”, exemplificou. “Poucos anos atrás, só havia a ETE em Piracicaba, mas hoje temos cinco escolas técnicas na cidade.”

No encerramento da abertura do Congresso, a presidente do Sinteps traçou um paralelo entre o mote da atual gestão da entidade – “Resistência e Luta” – com o momento político que estamos vivendo. “Fizemos uma greve muito forte em 2004, colhemos alguns frutos e, o que é mais importante, semamos o terreno para as novas lutas que virão em 2005”, disse ela, referindo-se às reformas neoliberais em curso e à defesa do ensino técnico e tecnológico (veja matérias nas páginas a seguir).

“Achei o Congresso uma atividade fantástica. Gostei muito das palestras e dos debates, pois pude perceber que a história se repete sempre... só muda o contexto. As discussões sobre a reforma do ensino técnico e tecnológico também foram muito boas. O governo fala em expansão, mas não quer investir em nada. Cobra formação dos professores, mas não investe um único centavo nisso; cobra pesquisa, mas não investe em laboratórios e equipamentos; cobra qualidade, mas não oferece salários dignos. É interessante compartilhar essas questões com companheiros de outras unidades, pois a gente se sente mais ativo diante dos problemas nacionais, dos ataques à educação etc.”

(José Antônio Alves Neto, professor da ETE Getúlio Vargas)

Fala, delegado!!

“O ano de 2004 foi o período da minha maior participação na vida sindical. Este Congresso, de certa forma, coroa tudo isso.

Durante a greve, ficávamos na ETE até as 10 da noite, atendendo a imprensa, preparando as atividades do dia seguinte. Isso possibilitou uma maior aproximação com os colegas. Ainda há muitos deles que estão distantes da luta, mas é preciso que saibam que uma andorinha só não faz verão... é preciso unir as nossas forças. Estou presenças a alcançar o tempo de aposentadoria, mas acho que não vou sair do Centro enquanto não ver alguns frutos dessa nossa luta, como a volta do ensino integrado.”

(Gertrudes A. L. Pereira, servidora da ETE João Gomes de Araújo, de Pindamonhangaba)

“A vida é assim. Todos os que conseguem alguma coisa tiveram que lutar um dia. O nosso sonho é possível. Eles tentam destruir o Centro a cada dia, mas nós vamos reconstruí-lo com a nossa luta, todos os dias. Às vezes, nos desanimamos, mas atividades como esse Congresso servem para nos dar força e empurrar para a frente.”

(Mauro Eduardo Crispim, servidor da Escola Agrícola Paulo Guerreiro Franco, de Vera Cruz)

IV Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps

Delegados debateram conjuntura nacional e internacional

Com base na tese apresentada pela Diretoria Executiva do Sinteps (“Resistência e Luta”) e nas palestras que foram ministradas (veja a cobertura nas páginas seguintes), os delegados presentes ao IV Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps analisaram vários aspectos da atual conjuntura nacional e internacional. O debate rendeu boas discussões nos grupos e na plenária final.

A tese “Resistência e Luta” procurou abordar a conjuntura internacional nos aspectos em que ela é determinante para os países do chamado “terceiro mundo”, como é o caso do Brasil. O texto destaca o aprofundamento da política imperialista do governo norte-americano após os atentados de 11 de setembro de 2001, utilizados como pretexto para os ataques ao Afeganistão e, posteriormente, para a deflagração da guerra contra o Iraque. “A pretensão americana em manter o domínio através da força e de uma redemocratização do Iraque foi uma tragédia, pois mesmo com a deposição e prisão de Saddam Hussein, ficou provado que não existiam armas químicas de destruição em massa e a guerra foi somente para o controle do petróleo da região”, diz um dos trechos da tese, ressaltando a seguir que o povo iraquiano continua resistindo às forças americanas e seus aliados.

A reeleição de Bush

A disputa eleitoral nos EUA, que recondu-

ziu George Bush ao poder, é um indicativo de que a política americana não sofrerá mudanças em questões diretamente relacionadas ao Brasil, como é o caso da implementação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a internacionalização da Amazônia, o protecionismo econômico e a intervenção imperialista em outros países.

Apesar disso, de acordo com a tese “Resistência e Luta”, o governo Lula desenvolve uma política de boa vizinhança com os EUA e a União Européia, ao mesmo tempo em que procura implementar o fortalecimento do Mercosul, tentando integrar novos parceiros na América do Sul e, em certa medida,

continua...



Os debates tiveram participação ativa dos delegados. À direita, Denise, Sílvia e Neusa, da Diretoria Executiva do Sinteps



liderar os países emergentes contra o protecionismo econômico americano e europeu.

Mais obediente que FHC

A ascensão de um operário ao cargo de presidente do país concretizou a esperança da maioria dos grupos sociais oprimidos da sociedade brasileira. A tese “Resistência e Luta” assinala que, frustrando essas expectativas, o governo Lula vem seguindo uma política de austeridade fiscal

que supera a do governo FHC. “A política econômica adotada, com base no aumento das exportações, para manter o superávit primário, tem superado as metas estabelecidas pelo FMI”, diz um trecho do documento, referindo-se a tudo o que o

governo economiza para repassar aos banqueiros na forma de juros, deixando de investir em saúde, educação etc. “Os juros altos mantêm a inflação em níveis baixos, contudo, apesar de um pseudo-aquecimento da economia, o nível de desemprego não diminuiu efetivamente, a informalidade aumenta e o poder aquisitivo dos salários dos empregados oscila para baixo”, prossegue a tese.

“O Estado mínimo – conclui o documento – é implantado para que o patrimônio público seja dilapidado em favor da acumulação do capital. É a redução do mundo do trabalho e maximização do capital.”

É nesse quadro que o governo Lula vem conseguindo implantar políticas que seu antecessor não teve forças para impor. É o caso da Reforma Previdenciária (já concluída) e das Reformas Universitária, Sindical/Trabalhista e da Educação Técnica e Tecnológica (em andamento). Nas páginas a seguir, veja matérias sobre o assunto.



Nas fotos à esquerda, os delegados durante os grupos de discussão, que aprofundaram os temas discutidos em plenário

As resoluções do IV Congresso sobre a conjuntura nacional e internacional

- 1) Ser contra as reformas que destroem o ensino público e gratuito e atacam os direitos dos trabalhadores, nos termos em que foram elaboradas, dentre as quais: Reforma Universitária; Reforma da Educação Profissional e Tecnológica; Reforma Trabalhista; Reforma Sindical; Reforma da Previdência.
- 2) Defender a Reforma Agrária que atenda aos interesses dos trabalhadores.
- 3) Unificar a luta com os demais trabalhadores.
- 4) Ser contra o projeto neoliberal.
- 5) Denunciar e lutar contra toda e qualquer espécie de corrupção.
- 6) Lutar pela honra e dignidade do servidor público.
- 7) Ser contra toda e qualquer proposta de retirada dos direitos dos trabalhadores.
- 8) Lutar por maiores investimentos para os serviços públicos.
- 9) Defender a Reforma Tributária que promova a justa distribuição de renda.
- 10) Lutar contra todo e qualquer tipo de sonegação.
- 11) Ser contra qualquer ação externa que interfira na soberania nacional.
- 12) Ser contra a implementação da Alca.
- 13) Ser contra a internacionalização da Amazônia.
- 14) Ser contra o plantio e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM), preservando as pesquisas controladas e seguras.
- 15) Ser contra a utilização da energia nuclear para efeitos bélicos.
- 16) Ser contra a instalação de novas usinas nucleares. Lutar pela desativação das existentes e defender as pesquisas de novas fontes de energia.
- 17) Lutar pela revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque defendemos a Responsabilidade Social.
- 18) Lutar pelo rompimento dos acordos com o FMI, pela suspensão e auditoria da dívida externa do Brasil.
- 19) Lutar por um salário mínimo que atenda o disposto na Constituição Federal.



Conjuntura nacional e internacional

"Depois da Reforma Sindical, vem a Trabalhista", alerta jurista

Gerson Lacerda Pisturi, advogado trabalhista e juiz aposentado, proferiu uma palestra sobre a Reforma Sindical/Trabalhista. Logo na abertura, ele fez uma comparação com a recém-aprovada reforma do Judiciário. "Na linha do que impõem o FMI e o Banco Mundial, querem um Judiciário mais ágil e obediente, para atender aos interesses do mercado", disse ele, citando como exemplo a súmula vinculante, um mecanismo que obriga os juizes de primeira instância a seguir decisões semelhantes que já tenham sido tomadas em instâncias superiores, ainda que estas contrariem suas opiniões.

Traçando um rápido paralelo histórico, ele lembrou que as primeiras leis trabalhistas surgiram no Brasil na década de 30, na era Getúlio Vargas, um período em que o país se inseria mais fortemente na industrialização. É neste momento que surge a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), para os trabalhadores da cidade. Na realidade, Getúlio havia decidido transformar em lei tudo o que o movimento operário do início do século havia conquistado na luta. Ao mesmo tempo, estabelece uma estrutura sindical controlada, em que os sindicatos praticamente são parte do Estado. "A ditadura instaurada em 1964 preservou esta estrutura e a Constituição de 1988 promoveu poucos avanços", acrescentou.

Embora considere a atual estrutura sindical arcaica e antidemocrática, o palestrante ressalta que as mudanças que se fazem necessárias estão muito longe das propostas do governo Lula. "Nós defendemos os preceitos da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, que prega a liberdade e a autonomia sindical", explicou. Para ele, o que se pretende hoje, com a Reforma Sindical, é apenas mudar de dono a estrutura sindical. "Em vez de mandar o Estado, passariam a mandar os amigos do poder, ou seja, as centrais sindicais".

Para promover a Reforma Sindical, o governo criou o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), com representantes das centrais sindicais (inclusive a CUT), dos patrões e do próprio governo. O FNT finalizou uma série de



O jurista Gerson Lacerda Pisturi

propostas de "consenso", todas prejudiciais à livre organização dos trabalhadores. A intenção do governo é enviar uma proposta ao Congresso Nacional para ser votada no primeiro semestre de 2005. Um dos pontos mais danosos entre as medidas propostas diz respeito às mudanças no processo de contratação e negociação. O palestrante explicou que, na situação atual, cabe aos sindicatos negoci-

ar e assinar acordos coletivos. Pelas novas regras, essa atribuição seria estendida às federações, confederações e centrais sindicais, que poderiam fazê-lo à revelia dos sindicatos. Ou seja, as decisões de base perderiam totalmente o valor.

Um segundo ponto destacado foi quanto à organização sindical. Para serem criadas ou continuarem funcionando, as entidades sindicais precisariam obedecer a critérios bastante rígidos. Se estas regras valessem no início dos anos 80, por exemplo, nem a CUT poderia ter sido criada. Para ter um sindicato reconhecido pelo Ministério do Trabalho, seria preciso filiar, pelo menos, 20% da base a ser representada. Num país onde não há garantia de emprego, onde o patrão pode admitir e demitir o trabalhador a seu bel prazer, este é um critério bastante complicado.

Na reforma pretendida pelo governo Lula, o direito de greve pode ser ainda mais restrito do que atualmente. Os patrões passariam a ter o direito de contratar pessoas para substituir os grevistas, o que hoje é considerado ilegal.

Se conseguir passar a Reforma Sindical, que enfraqueceria em muito os sindicatos, o governo espera ter caminho livre para o passo seguinte: a Reforma Trabalhista. A principal premissa da Reforma Trabalhista é que "o negociado deve valer sobre o legislado", ou seja, tudo poderia ser negociado entre patrões e empregados, ainda que estivesse na lei: fim do 13º salário, corte nas férias e nas horas extras, redução salarial etc.

"Em vez de mandar o Estado, passariam a mandar os amigos do poder, ou seja, as centrais sindicais."

"Reforma Universitária traz soluções para o ensino privado", critica presidente da Adunesp

Uma das palestras-debate realizadas durante o IV Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps tratou da Reforma Universitária. "Há um apelo populista, a partir de demandas legítimas da população, o que tem gerado muita confusão entre os movimentos sociais", destacou o palestrante, o professor Milton Vieira do Prado Júnior, presidente da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp) e atual coordenador do Fórum das Seis. Ele referia-se a duas das principais medidas da Reforma em curso: a compra de vagas através do ProUni e o sistema de cotas. "Aqui, eles utilizam a lógica de que, para o terceiro mundo, deve ser oferecido ensino de terceiro mundo, ou seja, de baixa qualidade", explicou.

Milton lembrou que as reformas em curso - além da Universitária, há a Sindical/Trabalhista e da Educação Técnica e Tecnológica - também foram sugeridas pelo FMI ao governo FHC, mas este não tinha credibilidade para aprová-las. Agora, elas vêm sendo implementadas pelo governo Lula, com espantosa rapidez, como ficou claro com a primeira delas: a Previdenciária. "Os motivos que movem tais reformas são os mais sórdidos possíveis e respondem aos interesses do empresariado nacional e estrangeiro", acrescentou ele, lembrando que o governo parte de um diagnóstico real, ou seja, de que apenas 9% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos cursam faculdade e, destes, menos de um terço em instituições públicas. "O problema é que o MEC apresenta soluções que vão ao encontro das necessidades do ensino privado, como é o caso do ProUni, e não do conjunto da população."

Sobre o Programa Universidade para Todos (ProUni), o palestrante ressaltou que se trata, sem disfarce, da compra de vagas pelo governo junto às instituições privadas de ensino superior. Em troca, estas terão uma generosa isenção de impostos (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas/IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido/CSLL, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social/Cofins e Contribuição para o Programa de Integração Social/PIS). Para 2005, serão destinados 10% das vagas destas escolas para bolsas integrais ou parciais de 50%. A partir de 2006, de acordo com o aprovado pelo Congresso Nacional, esse



O presidente da Adunesp, Milton Vieira do Prado Jr.

percentual cai para 8,5%. "A pretexto de oferecer vagas à população carente, o que se faz é resolver o grave problema de inadimplência do setor privado", criticou Milton.

"O movimento sindical combativo é amplamente favorável a que todos os jovens tenham acesso ao ensino superior, pois este é um direito básico e, também, condição decisiva para o desenvolvimento soberano do país", emendou o palestrante, destacando, no entanto, que desviar recursos públicos por meio de isenção de impostos, para criar vagas de duvidosa qualidade, é uma afronta à população. "Os recursos públicos devem ser usados exclusivamente para a criação de vagas públicas e de qualidade."

Outros aspectos da Reforma Universitária também foram comentados pelo presidente da Adunesp. É o caso da legalização das chamadas "fundações de apoio". Em resumo, ele disse que as fundações surgiram

nos anos 80 e, com raríssimas exceções, são organismos privados funcionando dentro das universidades públicas, apropriando-se de seus recursos e prestígio para oferecer cursos pagos e celebrar convênios com a iniciativa privada. O exemplo mais conhecido é o da USP, instituição que abriga 33 fundações que, em 2003, faturaram um total aproximado de R\$ 200 milhões e repassaram àquela universidade apenas R\$ 5,8 milhões (2,9% do total). "Para onde segue todo esse dinheiro, pouco se sabe", questionou.

Um outro ponto importante da Reforma Universitária é a chamada inovação tecnológica, lei já aprovada pelo Congresso. A nova legislação permite que as universidades possam captar recursos no mercado, oferecendo em troca serviços de inovação tecnológica. De acordo com seus interesses, as empresas definiriam o que será desenvolvido pela universidade pública, em termos de serviços, produtos etc. "A idéia é tornar as universidades uma repartição das grandes empresas", concluiu Milton. Para ele, uma verdadeira política de incentivo à pesquisa e à inovação tecnológica passa longe da proposta do governo Lula. O que se pretende é continuar investindo pouquíssimo no setor, só que de forma direcionada aos interesses capitalistas. "A reivindicação histórica das universidades públicas e do movimento docente é uma dotação maior de recursos e, também, pela autonomia das instituições, dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação, tanto na gestão dos recursos quanto na definição de um projeto de desenvolvimento científico e tecnológico que leve a um projeto de nação autônoma e soberana, em busca da melhoria de qualidade de vida de toda a população", finalizou.



Professor da USP explicou as origens do Plano Nacional da Educação

O professor Rubens Camargo, da Faculdade de Educação da USP e membro do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior), fez uma palestra sobre o Plano Nacional da Educação (PNE). Ele explicou que sua origem remonta à Constituinte de 1988. "Aquele era um momento de grande ascensão das forças políticas que se coadunavam com os interesses populares e essa integração se contrapôs, dentro da Constituinte, aos grupos ligados ao capital", disse ele, referindo-se ao agrupamento político de direita que ficou conhecido como "centrão". Também é daquele período o surgimento do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, produto da luta conjunta de vários sindicatos da área da educação.

A Constituição de 1988 trouxe vários avanços aos direitos da população, inclusive em relação à educação. Tudo o que havia de interessante, no entanto, foi extirpado na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), elaborada pelo sociólogo Darcy Ribeiro, promulgada em 1996. Diante disso, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública propôs que a sociedade elaborasse suas propostas para a educação. Foram realizados vários congressos nacionais, com a participação de milhares de representantes, e o Plano Nacional da Educa-

ção da Sociedade, como ficou conhecido, foi concluído em 1997. Um grupo de deputados do Congresso Nacional, um dia antes que o governo apresentasse a sua



O professor Rubens Camargo, da USP

proposta. No confronto dos dois Planos (o da sociedade e do governo FHC), ficou claro um conjunto de divergências. O da sociedade, por exemplo, previa a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação pública, num primeiro momento, caindo progressivamente até 7%. Diante do embate entre as duas propostas, o deputado Nelson Marckesan, relator dos projetos, inseriu na proposta do governo o índice de 7%. No entanto, tudo não passava de jogo de cena, pois FHC vetaria este tópico posteriormente. "Apenas 11% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior e o plano aprovado no Congresso previa um crescimento progressivo deste índice, chegando a 40%", acrescentou o palestrante, lembrando que esse ponto também foi vetado.

O professor Rubens destacou que, diante da eleição do presidente Lula, havia a expectativa que este e outros vetos fossem cancelados. "As poucas iniciativas de aumento de verbas para a educação pública neste governo não revelam um confronto, mas sim a manutenção dos interesses da burguesia", concluiu.

"Apenas 11% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior e o PNE previa chegar a 40%."

Debate

Assim como as outras palestras, esta também gerou um debate entre os presentes. O professor Paulo Búfalo, da ETE Bento Quirino, de Campinas, atualmente exercendo o cargo de vereador pelo PT, lamentou a rota política que vem sendo trilhada pelo governo Lula. "Nós lutamos muito para garantir na lei que os recursos públicos só deveriam ser investidos na educação pública e, agora, somos surpreendidos com o ProUni", disse ele. O professor João Ailton, da ETE José Martiniano da Silva, de Ribeirão Preto, também teceu críticas ao governo. "Nosso Sindicato tem um papel importante a cumprir na resistência contra tudo isso", destacou.

As palestras estimularam um produtivo debate entre os participantes. Nas fotos à esquerda, respectivamente a intervenção dos professores João Ailton, de Ribeirão Preto, e Paulo Búfalo, de Campinas

Reforma do Ensino Técnico e Tecnológico

Iniciativas do governo Lula mantêm pilares das mudanças impostas pelos tucanos



As mudanças sofridas pelo ensino técnico e tecnológico nos últimos anos geraram um dos debates mais movimentados do IV Congresso. A partir dos textos apresentados pela tese “Resistência e Luta”, foram lembradas as principais mudanças sofridas pelo Centro desde a sua criação, culminando com a reforma imposta pelo governo FHC, por meio do decreto 2.208/97. Este decreto foi responsável por uma série de profundas e danosas mudanças no ensino técnico (separação entre nível médio e nível técnico, alterações no currículo etc), que geraram não apenas a queda na qualidade, mas também a demissão de um grande número de professores.

Em julho do ano passado, o governo Lula editou o decreto 5.154/04, revogando o 2.208/97.

No dia 23/9, o Sinteps realizou um seminário para avaliá-lo, intitulado “A educação profissional sob a ótica do decreto 5.154/04 – Perspectivas, desafios e soluções”, que contou com a presença de representantes do MEC, Ceeteps, Andes, Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, Fentec, Sina-sefe e do próprio Sinteps. As primeiras impressões, reveladas pelo Seminário, confirmaram-se plenamente. Na realidade, como diz um trecho da tese “Resistência e Luta”, o decreto não trouxe qualquer alteração significativa, apenas, sob o discurso de “não ser um modelo rígido e impositivo a todas as escolas”, abre um leque de opções onde qualquer um pode fazer qualquer coisa. “Não é assim que pensamos a educação, seja ela profissional, técnica

ou tecnológica”, ressalta o texto.

A conclusão é que o 5.154/04 foi apenas um jogo de cena ou um ato para marcar um posicionamento de governo. O decreto incorpora toda a concepção das reformas tucanas, deixando o retorno do ensino integrado, por exemplo, apenas como uma alternativa para as escolas. Em resumo, a tese destaca que o governo federal “reconheceu as reformas que desestruturaram o ensino técnico e possibilitaram o seu aprofundamento para o ensino tecnol

lógico. O Centro Paula Souza agradece ao governo Lula pela edição do decreto, pois ele não o obriga a voltar atrás nas suas reformas para o ensino técnico. Ao contrário, permite o aprofundamento das reformas, criando os Centros Regionais Tecnológicos, envolvendo as Escolas Técnicas e as Faculdades de Tecnologia. Logo, ficam mantidos os cursos técnicos modularizados e separados do ensino médio, cabendo aos trabalhadores e estudantes do Centro Paula Souza continuar mobilizados contra a desvinculação da Unesp e, ao mesmo tempo, pressionar o governo Lula a modificar o seu posicionamento em outros fóruns.”

A intenção do governo Lula é substituir o decreto 5.154 pela Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica, que ainda não está formalizada.

Realidade nas escolas mudou com a reforma

Nos debates que trataram das reformas do ensino técnico e tecnológico, a presença de delegados das várias unidades, de todas as regiões do estado, confirmou uma dura realidade: a reforma do ensino técnico, realizada nos anos tucanos, balançou os alicerces de uma qualidade sedimentada ao longo de décadas.

Manoel Rodrigues do Carmo Júnior, professor da ETE Jacinto Ferreira de Sá, de Ourinhos, considera que o fim do curso integrado fez decair a qualidade do ensino. “A maturação do conhecimento é premissa da qualidade”, justificou. “O aluno começa a assimilar os conceitos depois de um ano ou um ano e meio, mas nessa altura o curso já está acabando.”

Para Manoel, há uma contradição entre o discurso e a prática do governo e dos dirigentes do Ceeteps, que utilizam o nome da instituição para todo tipo

de propaganda, mas não lhe dão a contrapartida necessária. “Eles querem que tenhamos a qualidade das grandes empresas, mas não investem para isso. Os laboratórios são defasados, não há atualização tecnológica de professores e funcionários. Se a unidade possui um laboratório de ponta, com certeza é dinheiro vindo de fora.”. Manoel cita um exemplo próprio: “Embora tenha assistido a algumas palestras, nestes 14 anos que estou no Centro nunca me ofereceram um único curso de atualização tecnológica.”

Como resultado do IV Congresso, Manoel acredita que o Sindicato saia fortalecido para lutar por melhorias para o Centro e seus trabalhadores.

Wilson de Agostinho Filho, professor da ETE



Manoel, de Ourinhos: Contradição entre o discurso do governo e situação das escolas



Agostinho, de Sorocaba: Desafio é mobilizar os que estão de fora da luta

Rubens de Faria e Souza, de Sorocaba, está há 15 anos no Centro e compartilha das críticas do companheiro de Ourinhos. “Fizeram do Ceeteps um tubo de ensaio que não deu certo e, agora, tentam reverter a situação com novos tubos de ensaio”, diz ele, referindo-se às reformas. Agostinho conta que fez curso técnico (integral) no Centro e que sente uma diferença muito grande entre aquele período e os dias de hoje. “Além de preparar para a profissão, o curso deu-me as bases para ingressar na faculdade sem cursinho”, diz. “Se conseguimos manter a qualidade dos nossos cursos, isso se deve ao esforço de professores e funcionários e, do ponto de vista estrutural, de ações externas, como é o caso das APM’s.”

Agostinho vê 2005 com otimismo e considera muito boas as propostas de luta aprovadas. Para ele, o desafio, a partir de agora, é mobilizar os que ainda estão céticos e desanimados. “Força, nós temos”, finaliza.

IV Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps

O nosso projeto de educação técnica e tecnológica

Fruto de anos de debate na categoria, com outras entidades sindicais da área e educadores de todo o país, além do acúmulo de experiências da luta, o Sinteps tem o seu projeto de ensino técnico e tecnológico para o estado de São Paulo. A proposta foi amplamente debatida no IV Congresso e serviu como base para as resoluções sobre o tema (a seguir, veja um resumo e confira a íntegra em www.sinteps.org.br).

O projeto aborda sete itens, considerados fundamentais para o tipo de ensino técnico e tecnológico de qualidade. São eles:

1) Ensino público e gratuito

Considerando que a educação, em todos os níveis, é um direito do cidadão e um dever do Estado, a sua universalização só é possível através da expansão da rede pública, garantida a sua gratuidade.

2) Autonomia, democratização e dotação orçamentária

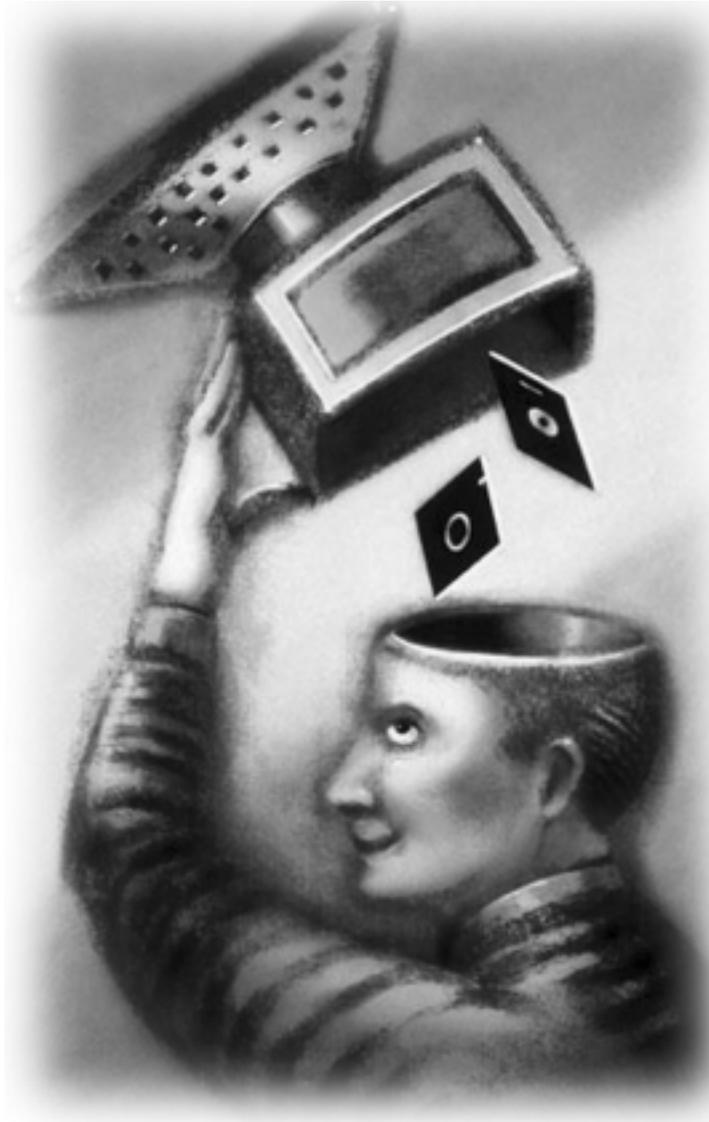
A comunidade acadêmica deve ter o direito de definir, sem imposições internas, os seus planos em todos os âmbitos: administrativo, financeiro, didático-pedagógico, técnico-científico e político. Essa autonomia só pode ser assegurada se estiver vinculada à democratização da instituição e à garantia de dotação orçamentária. Por isso, o Sinteps reivindica vinculação orçamentária, garantindo 2% da cota-parte estadual do ICMS para o Ceeteps.

3) Ordenamento jurídico

O regime jurídico "autarquia de regime especial" é o único na legislação brasileira que assegura minimamente o custeio total através de dotação orçamentária global, a autonomia e carreiras de servidor docente e técnico-administrativo. Por isso, o Sinteps defende a manutenção do ordenamento jurídico do Ceeteps pelo regime de autarquia especial e pela manutenção do vínculo e associação à Unesp.

4) Transparência administrativa e financeira

A gestão dos recursos públicos precisa ser transparente e, portanto, o Ceeteps deve prestar contas à sociedade e à comunidade da dotação e aplicação dos recursos. Os orçamentos devem ser



elaborados por colegiados paritários e democraticamente eleitos. O custeio e os investimentos necessários ao funcionamento pleno e à expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão devem estar previstos em planos plurianuais, elaborados por colegiados competentes, igualmente paritários e democraticamente eleitos.

5) A administração

O Centro deve organizar-se administrativa e academicamente sob o princípio da autonomia, ou seja, através de um auto-governo democrático, cujo pressuposto é o controle da comunidade e dos usuários, por meio de seus movimentos organizados. Do ponto de vista administrativo, as instituições de ensino devem ser concebidas como sendo orgânicas e integradas, respeitando-se a autonomia de suas unidades. Seus estatutos e regimentos deverão ser elaborados por todos os segmentos da comunidade e aprovados num congresso paritário

e com delegados democraticamente eleitos.

6) Estrutura

A administração do Centro será estruturada em órgãos colegiados e cargos executivos, cujos membros sempre serão escolhidos por meio de eleições diretas e paritárias. O poder de ação dos cargos executivos estará subordinado ao poder de decisão dos colegiados. Nos órgãos colegiados, não haverá membros natos ou vitalícios. A estrutura administrativa deve contemplar:

- Congresso bienal, paritário e com delegados democraticamente eleitos, como instância máxima de deliberação. Ele terá a tarefa de elaborar os planos plurianuais (metas de ensino, pesquisa e extensão e os mecanismos de avaliação e desenvolvimento institucional).
- Conselho Deliberativo
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Conselho de Administração
- Diretoria

7) Política de ensino, pesquisa e extensão

O ensino

O Centro terá autonomia para criar, organizar e credenciar cursos, atendidas as diretrizes gerais ordenadoras da estrutura nacional de ensino. A política de ensino deverá respeitar as finalidades de criação do Ceeteps e estarem voltadas ao desenvolvimento do estado, contemplando, no mínimo:

- Cursos para a formação de tecnólogos de nível superior, técnicos de nível médio e de pós-graduação;
- Formação de docentes para o ensino profissionalizante;
- Capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos através de cursos extracurriculares, de pós-graduação e outros mecanismos;
- Programas de pesquisas, transferência, absorção e adaptação de tecnologias, inclusive mantendo institutos de pesquisa;
- Difusão da cultura tecnológica através da publicação das pesquisas e da produção acadêmica, intercâmbio com instituições nacionais e internacionais etc;
- Manutenção de editoras próprias.

O processo de aprendizagem buscará esta

continua...

belecer uma relação professor/aluno não autoritária e privilegiará uma revisão sistemática das grades curriculares, de forma a atender os objetivos propostos, levando em conta o uso das novas tecnologias e o desenvolvimento humanístico. O conhecimento deve ser trabalhado de forma interdisciplinar e a infra-estrutura física das unidades deve ser ampliada e permanentemente modernizada.

O perfil do profissional a ser formado deve ter como objetivo a competência no pensar, a valorização da iniciativa, do raciocínio lógico, a criatividade e a formação da cidadania.

A pesquisa

A relevância do aspecto social do projeto ou do programa de pesquisa deverá ser valorizada entre os critérios levados em conta para a sua aprovação. As verbas destinadas à pesquisa, independente da fonte financiadora, deverão ser previstas no orçamento global das instituições.

Extensão

Sem detrimento de projetos menos abrangentes, o Ceeteps definirá áreas prioritárias de extensão, de modo a concentrar os recursos disponíveis. Quando possível, tais projetos deverão contar com a participação de representantes das comunidades-alvo em sua elaboração e buscar a integração entre diferentes unidades de ensino, visando o trabalho integrado.

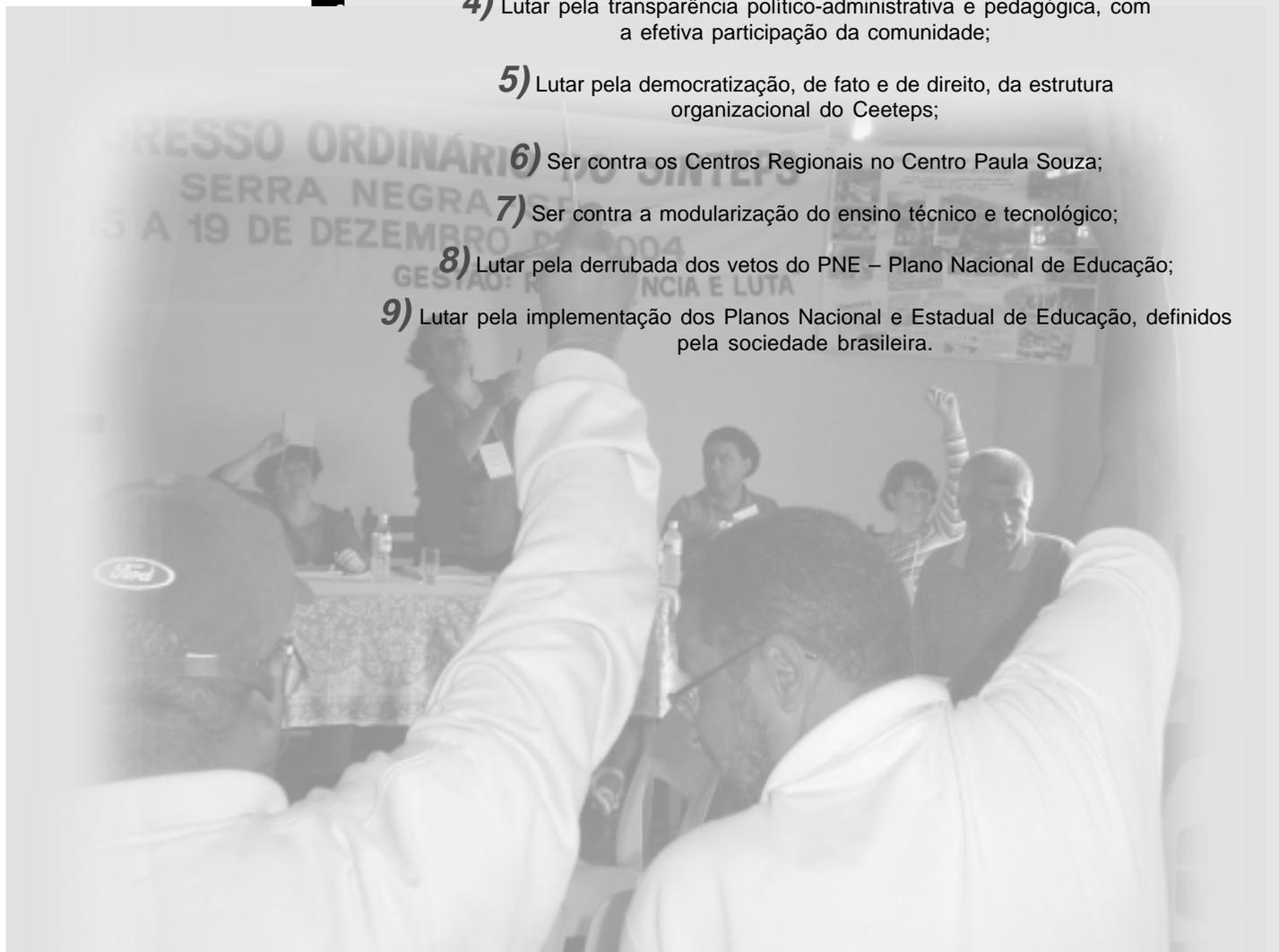
8) Política de valorização profissional

Considerando que a preparação dos quadros funcionais produzirá a melhoria na qualidade dos serviços prestados ao público, deve-se:

- Instituir o regime de jornada para os docentes;
- Dimensionar os quadros necessários às atividades docente, técnico-pedagógicas e administrativas das unidades, para evitar o estrangulamento das unidades ou o inchaço em setores e unidades, bem como desvio de função;
- Instituir plano de carreira e salários condizentes;
- Intensificar a valorização profissional do pessoal docente, técnico-pedagógico e técnico-administrativo das instituições de ensino;
- Garantir, nos planos de carreira, a progressão vertical e horizontal, valorizando o tempo de serviço, mas também a graduação, os cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e treinamento;
- Garantir e incentivar o aprimoramento profissional dos docentes e do pessoal técnico-administrativo, através de cursos de especialização, mestrado e doutorado gratuitos.

As resoluções do IV Congresso sobre a reforma do ensino técnico e tecnológico

- 1) Lutar contra o desmonte da educação brasileira;
- 2) Inserir na Lei Orgânica da Educação Profissional Tecnológica o nosso projeto de educação tecnológica;
- 3) Lutar pela implantação de um projeto para a educação tecnológica no estado de São Paulo, que contemple os seguintes parâmetros:
 - a) Ceeteps como instituição pública e gratuita, que realize a educação tecnológica, nos níveis médio e superior, respectivamente, ensino técnico e tecnológico de qualidade;
 - b) Manutenção do vínculo e associação à Unesp;
 - c) Garantia de autonomia didática, financeira e disciplinar, sob a forma de autarquia de regime especial;
 - d) Dotação orçamentária correspondente a 2,1 % de arrecadação do ICMS, quota-parte estadual;
 - e) Adoção de uma política institucional que garanta o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade;
 - f) Democratização das instâncias deliberativas, através de Conselhos que contem com a participação paritária de todos os segmentos da comunidade e que sejam democraticamente eleitos;
 - g) Eleições diretas para todos os cargos diretivos da instituição;
 - h) Adoção de uma política de ensino que estabeleça como perfil dos egressos a competência no pensar, a valorização da iniciativa, do raciocínio lógico, a criatividade e a formação da cidadania;
 - i) Adoção de uma política que valorize os profissionais da instituição, com o estabelecimento de regime de jornada para os docentes, definição de perfil para o pessoal de apoio operacional e de apoio ao ensino e à pesquisa, planos de carreira e salários condizentes para todos os trabalhadores, com reajustes sistemáticos de salários.
- 4) Lutar pela transparência político-administrativa e pedagógica, com a efetiva participação da comunidade;
- 5) Lutar pela democratização, de fato e de direito, da estrutura organizacional do Ceeteps;
- 6) Ser contra os Centros Regionais no Centro Paula Souza;
- 7) Ser contra a modularização do ensino técnico e tecnológico;
- 8) Lutar pela derrubada dos vetos do PNE – Plano Nacional de Educação;
- 9) Lutar pela implementação dos Planos Nacional e Estadual de Educação, definidos pela sociedade brasileira.



IV Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps

Outras questões do Plano de Lutas

O Estatuto dos Trabalhadores

Lutar pela implantação da proposta de Estatuto dos Trabalhadores, elaborada e apresentada pela diretoria do Sinteps, pois ela contempla:

- 1- Adequação do atual Estatuto à Constituição Federal e à Constituição Estadual;
- 2 - Adequação do atual Estatuto às propostas de Carreiras para os trabalhadores do Ceeteps;
- 3 - Manutenção dos regimes de contratação;
- 4 - Criação de regime de jornada para todos os trabalhadores do Ceeteps;
- 5 - Estabelecimento de direitos e deveres para todos os trabalhadores do Ceeteps;
- 6 - Ampliação dos direitos dos trabalhadores.

Carreira dos Trabalhadores do Ceeteps

Lutar pela implantação da proposta de carreira para os trabalhadores, elaborada e apresentada pela diretoria do Sinteps, pois ela contempla:

- 1 - Evolução vertical e horizontal, ou seja, progressão tanto por mérito quanto por tempo de serviço;
- 2 - Critérios bem definidos para a evolução por mérito;
 - 3 - Política de revisão salarial;
- 4 - A progressão funcional dar-se-á anualmente, de forma automática, tendo como base a data de contratação;
- 5 - Atualização dos valores praticados atualmente, segundo os índices do Cruesp;
- 6 - Definição de carreira para o pessoal de apoio ao ensino e à pesquisa;
- 7 - Estabelecimento de perfil para o pessoal de apoio ao ensino e à pesquisa;
- 8 - Criação de novas funções, de necessidade real, e extinção de outras;
- 9 - Definição de critérios para ingresso e progressão;
- 10 - Criação da carreira única para os docentes;
- 11 - Definição de critérios para as funções de chefia, com eleição entre os trabalhadores da seção;
- 12 - Definição de critérios para as funções em comissão, prevendo que os ocupantes serão do quadro de pessoal do Ceeteps;
- 13 - A manutenção do perfil para o pessoal de apoio operacional.

Delegados aprovaram moções de repúdio

Ao final do IV Congresso, os delegados aprovaram quatro moções de repúdio. Todas foram encaminhadas ao governador Alckmin, ao Cruesp e ao Fórum das Seis. Em março, também serão enviadas à Assembléia Legislativa, quando aquela casa volta ao ritmo normal. A íntegra das moções pode ser conferida no site do Sindicato

(www.sinteps.org.br). Abaixo, uma síntese de cada um dos textos:

1) Moção de repúdio aos critérios subjetivos e arbitrários do Bônus 2004

A moção denuncia os critérios subjetivos e arbitrários instituídos pela Superintendência do Centro para "premiar" os trabalhadores. Um dos trechos diz que eles estão "há anos sem um reajuste salarial digno e que realmente valorize o trabalho de qualidade que realizam na oferta de ensino técnico e tecnológico de qualidade para a população de nosso estado". A moção apresenta propostas concretas de critérios para a concessão de futuros bônus.

2) Moção de repúdio contra a irresponsabilidade do governo Alckmin

A moção denuncia que, no ano passado, nos moldes comuns em que acontecem as decisões políticas (na calada da noite e, em geral, frontalmente contra a população), não apenas foram extintos os cursos técnicos existentes nas escolas da rede como, também, foi transferida a responsabilidade de certificação e expedição de documentos outros pelas unidades do Ceeteps. Um dos trechos diz que as escolas do Ceeteps absorveram tal responsabilidade por pura imposição, pois "receberam" a incumbência da certificação, mas não participaram da decisão, muito menos da formação educacional desses alunos, devendo apenas incorporar ao seu trabalho mais esta carga, sem incorporar o correspondente e necessário aumento de recursos humanos e materiais.

3) Moção de repúdio ao Decreto Estadual 48.034/03

A moção denuncia os malefícios trazidos pelo Decreto Estadual nº 48.034/03, que "introduz alterações no Regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços - RICMS", isentando de pagamento do ICMS as operações e prestações de serviços, relativas à aquisição de bens, mercadorias ou serviços por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias. Tal Decreto - diz a moção - embora pareça favorecer as contas do Estado, reduzindo os valores pagos diretamente pelos órgãos da Administração e Autarquias, compromete as contas dos municípios, que não gozam dos mesmos benefícios e têm a redução dos repasses pelo governo

estadual, bem como as universidades estaduais e o Centro.

4) Moção de repúdio à política de renúncia fiscal do governo Alckmin

Considerando que as verbas públicas para educação e saúde são vinculadas constitucionalmente, respectivamente em 12% e 30% da arrecadação do ICMS estadual, a moção denuncia a política de renúncia fiscal do governo Alckmin, que favorece alguns setores do empresariado com isenção de impostos.

O Orçamento do Sinteps para 2005

	Mês base 10/04	%	Anual	Corrigido
1 - RECEITAS				
1.1. Arrecadação	15.996,12	100%	309.100,00	328.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	15.996,12	100%	309.100,00	328.000,00
DESPESAS				
2.1. Campanha salarial	799,81	16%	51.000,00	54.000,00
2.1.1. Transporte				
2.1.2. Publicação				
2.1.3. Alimentação				
2.1.4. Correio				
2.2. Salários, Encargos	2.079,50	12%	34.000,00	38.000,00
2.3. Serviços de terceiros	4.638,87	11%	32.100,00	34.000,00
2.3.1. Assessoria jurídica				
2.3.2. Assessoria contábil				
2.3.3. Assessoria de imprensa				
2.3.4. Assessorias diversas				
2.4. Trabalho de base	7.198,25	51%	163.000,00	170.000,00
2.4.1. Reuniões				
2.4.2. Transportes com viagens				
2.4.3. Hospedagem				
2.4.4. Correio				
2.4.5. Cursos e palestras				
2.4.6. Congressos				
2.4.7. Form. quadros - Diret. Regionais				
2.4.8. Ajuda de custos				
2.4.9. Contr. p/ ent. sindicais				
2.4.10. Cultura/esporte/lazer				
2.4.11. Assin. (periódicos, Internet etc)				
2.4.12. Contratos				
2.4.13. Publicações do Sinteps				
2.5. Despesas administrativas	959,77	8,5%	25.000,00	27.000,00
2.5.1. Material de expediente				
2.5.2. Contas de telefone				
2.5.3. Taxas bancárias				
2.5.4. Manutenção do imóvel				
2.5.5. Manutenção de equipamentos				
2.5.6. Copa e cozinha				
2.5.7. Material de limpeza				
2.6. Investimentos	4.000,00	1,5%	5.000,00	
TOTAL DE DESPESAS	15.996,12	100%	309.100,00	328.000,00

OBS 1: A correção anual foi calculada com base numa inflação anual de 6%.

OBS 2: Os valores excedentes entre o efetivo gasto e o valor provisionado serão revertidos para o Fundo de Reserva.

OBS 3: Para correção salarial, o índice é igual a 10%.

OBS 4: O Orçamento do Sinteps para 2005 foi aprovado em assembleia realizada em 10/12/2004.

IV Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps

"Ato de fé" resgata momentos marcantes da história do Brasil

Delegados assistiram o elogiado documentário dirigido por ex-aluno do Centro

Lançado em maio de 2004, o documentário "Ato de Fé" surpreende pela qualidade técnica e sensibilidade com que narra momentos delicados da história recente do país. Dirigido por Alexandre Rampazzo e produzido por Tatiana Polastri, é produto de um trabalho de conclusão de curso na faculdade, mas não deixa nada a desejar aos profissionais do cinema.

"Ato de Fé" conta o envolvimento profundo dos freis dominicanos na luta contra a ditadura militar e resgata fatos pouco conhecidos do público. No final dos anos 60, os organismos de repressão estavam de olho nos dominicanos, pois suspeitavam de seu relacionamento com agrupamentos de resistência armada à ditadura. Depois de uma acirrada perseguição, muitos religiosos foram presos e torturados, como é o caso de Frei Beto e Frei Tito, que acabaria por se suicidar. Sabendo dos contatos mantidos pelos dominicanos com um dos guerrilheiros mais procurados da época - Carlos Marighela, da Aliança Libertadora Nacional, a ALN - os militares montaram uma armadilha e o mataram numa emboscada no centro de SP. Além de expor os fatos, "Ato de Fé" traz o depoimento de personagens-chave daqueles acontecimentos.

Em entrevista ao *Sinteps Jornal*, Alexandre, que é ex-aluno do Centro Paula Souza, conta que se interessou pelo assunto ao ler o livro *Batismo de Sangue*, escrito por Frei Beto. A partir daí, teve início uma pesquisa em arquivos de jornais e de órgãos públicos. Diante da riqueza do material que tinham em mãos, ele e Tatiana pediram apoio à TV Senac, que topou fazer a co-produção. O filme já foi exposto várias vezes na rede Sesc/Senac, em faculdades, sindicatos e outros círculos alternativos. "Apesar das dificuldades, o trabalho foi muito gratificante", revela Alexandre. Logo após o lançamento, a obra foi selecionada para participar do concorrido Festival Internacional de Documentários, realizado na Bahia. A façanha rendeu várias matérias elogiosas em jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Se depender da força de vontade, o jovem cineasta não pretende parar. Nos planos, está a produção de novos documentários, um deles retratando o trabalho escravo no interior do Brasil.

Reação

A primeira reação das pessoas que assistem "Ato de Fé", além de se entregar à emoção, é perceber que desconheciam trechos tão importantes da vida do país. Com os delegados do IV Congresso, não foi diferente.

"Gostei muito, pois o filme conseguiu resgatar episódios da nossa história pouco conhecidos da maioria das pessoas, mostrando um pouco do que foram aqueles dias tristes da ditadura", diz Salvador dos Santos Filho, membro da diretoria do Sinteps. Ativista do movimento

estudantil e, posteriormente, do sindicalismo, Salvador emociona-se ao contar que conviveu com muitos militantes daquela época. A irmã e o cunhado, inclusive, foram presos, porque participavam da Juventude Operária Católica, a JOC.

Olívia Maria de C. R.

Iervolino, professora da ETE Bento Quirino e diretora de base do Sinteps, também gostou muito do vídeo. "Além de trazer a denúncia daqueles fatos, o filme faz despertarem sentimentos de revolta contra as injustiças", avalia. "Para mim, o bom cinema é aquele que consegue fazer aflorar boas emoções, ainda que seja um documentário."

Militante do movimento estudantil no final dos anos 60, Olívia conta que o clima naquele período era exatamente o que foi mostrado em "Ato de Fé". Ela lembra que as pessoas tinham medo de andar pelas ruas com "livros suspeitos". No momento em que tanto se fala dos famosos arquivos da ditadura militar, Olívia defende que todos devam ser abertos. "Sabemos que isso vai mexer com gente grande, ainda viva e com poder, mas as gerações atuais e as futuras têm o direito de saber tudo o que houve."

Serviço

Para adquirir uma cópia de "Ato de Fé", é preciso ligar para 11-4555-1637 ou 11-92819790 (com Tatiana) ou escrever para tatipol@ig.com.br.



Salvador e Olívia: Lembranças de épocas não tão distantes



"Fiz um curso de grande qualidade"

Alexandre Rampazzo concluiu o curso de Eletroeletrônica na ETE Jorge Street, de São Caetano, em 1998. Como ele diz, pegou o "fim de feira", pois fez parte da última turma de curso integrado. A reforma do ensino técnico, promovida pelo governo FHC, estava em pleno andamento e as manifestações da comunidade acadêmica eram frequentes. Embora tenha seguido outra área na faculdade (fez Radialismo, no IMES de São Caetano), Alexandre conta que os colegas que saíram para trabalhar no ramo deram-se muito bem. "Lamentei muito tudo isso, pois fiz um ótimo curso."



|| O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: Esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. ||

Fazendo suas as palavras do poeta Guimarães Rosa, o Sinteps saúda os delegados que fizeram do IV Congresso um momento de reflexão, formação e preparo para os novos desafios. Que sejam eles sementes no seio da categoria e que façam brotar frutos e flores em 2005!